

Maria Helena Diniz

Mestre e Doutora em Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito pela PUCSP. Livre-docente e Titular de Direito Civil da PUCSP por concurso de títulos e provas. Professora de Direito Civil no curso de graduação da PUCSP. Professora de Filosofia do Direito, de Teoria Geral do Direito e de Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direito da PUCSP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação em Direito da PUCSP. Professora Emérita da Faculdade de Direito de Itu. Membro benemérito do Instituto Sílvio Meira, Membro da Academia Paulista de Direito (cadeira 62 – patrono Oswaldo Aranha Bandeira de Mello), da Academia Notarial Brasileira (cadeira 16 – patrono Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda), do Instituto dos Advogados de São Paulo e do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Presidente do Instituto Internacional de Direito.

CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Direito de Empresa

8

12ª edição

Revista e atualizada

De acordo com a Lei n. 13.874/2019

2020

- Títulos de crédito e contratos mercantis foram abordados no v. 3 deste Curso.

saraiva  jur

Índice

Prefácio	21
----------------	----

Capítulo I

Sistema Jurídico Empresarial no Novo Código Civil

1. <i>Superação da bipartição do direito obrigacional e a autonomia do "direito comercial"</i>	25
2. <i>Moderna teoria jurídica da empresa</i>	32
A. Teoria da empresa no Código Civil de 2002	32
B. Concepção atual de "empresa"	35
C. Atividade empresarial no novel Código Civil	37
c.1. Delimitação conceitual de "atividade econômica organizada" e o alcance de "produção ou circulação de bens e serviços" ..	37
c.2. Livre-iniciativa e liberdade de concorrência como princípios da atividade empresarial	42
c.3. Função social da empresa e a nova empresarialidade	47
D. Aspectos jurídicos da empresa	62
d.1. Empresa como fenómeno complexo	62
d.2. Aspecto subjetivo da empresa	63
d.2.1. Empresa e seus titulares: empresário individual e sociedade empresária	63
d.2.2. Questão da exclusão do exercício da profissão intelectual do âmbito empresarial	65
d.2.3. Tratamento especial às microempresas, às empresas de pequeno porte, ao pequeno empresário e ao empresário rural	67
d.2.4. Participação estatal na empresa	85
d.3. Estabelecimento como aspecto objetivo ou patrimonial da empresa	87
3. <i>Direito empresarial: conceito, objeto, caracteres, fontes e conteúdo</i>	92

Capítulo II

Empresário Individual: Perfil Jurídico

1. <i>Conceituação e caracterização do empresário individual</i>	103
A. Delimitação conceitual de "empresário individual"	103

B.	Pressupostos da qualidade de empresário singular	104
b.1.	Elementos caracterizadores do empresário: capacidade jurídica, efetividade no exercício da "empresa", profissionalidade e lucratividade mediata	104
b.2.	Capacidade como condição para exercício da atividade empresarial	107
C.	Teorias da preservação e da utilidade social da empresa e continuidade da atividade econômica pelo empresário incapaz	112
c.1.	Casos de admissibilidade do exercício da empresa por incapaz	112
c.2.	Revogabilidade da autorização judicial	117
c.3.	Preservação do patrimônio pessoal do incapaz	118
c.4.	Nomeação de gerente e seus efeitos jurídicos	120
2.	<i>Aquisição da condição jurídica de empresário regular</i>	125
A.	Regularidade do empresário	125
B.	Obrigatoriedade de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis	126
C.	Conteúdo do requerimento para inscrição do empresário singular	127
D.	Inexistência de impedimento legal para o exercício da atividade empresarial	133
d.1.	Pessoas impedidas	133
d.2.	Responsabilidade do legalmente impedido de exercer "empresa"	136
3.	<i>Inscrição e averbação de sucursal, filial e agência</i>	138
4.	<i>Empresário casado</i>	140
A.	Dispensa de outorga conjugal para a prática de certos atos	140
B.	Repercussão do regime matrimonial de bens no direito de empresa	143
C.	Atos averbáveis no Registro Civil e no Registro Público de Empresas Mercantis relativos ao empresário casado	149

Capítulo III

Regime Jurídico da Sociedade

1.	<i>Contrato social: aspectos comuns</i>	155
A.	Conceito e caracteres jurídicos	155
B.	Elementos	158
C.	Requisitos	173
2.	<i>Personalidade jurídica da sociedade</i>	186
A.	Sociedade como pessoa jurídica de direito privado	186
B.	Processo genético da sociedade como pessoa jurídica de direito privado	188
C.	Capacidade da pessoa jurídica	193
D.	Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado	196
E.	Efeitos societários da personificação	198

3. <i>Classificação das sociedades no novo Código Civil</i>	205
4. <i>Sociedade não personificada</i>	214
A. Generalidades	214
B. Sociedade em comum	215
b.1. Conceito e normas disciplinadoras	215
b.2. Prova de sua existência	220
b.3. Patrimônio especial e participação dos sócios nos bens e nas perdas sociais	221
b.4. Vinculação dos bens sociais	222
b.5. Responsabilidade solidária e ilimitada pelos débitos ou obrigações sociais	223
C. Sociedade em conta de participação	224
c.1. Noção, natureza jurídica e caracteres	224
c.2. Sócio ostensivo e sócios participantes	230
c.3. Efeitos jurídicos	232
c.4. Aplicação subsidiária das normas da sociedade simples	235
c.5. Liquidação e prestação de contas	236
5. <i>Sociedade personificada</i>	241
A. Noções gerais	241
B. Espécies societárias personificadas: sociedade empresária e sociedade simples pura e não pura	243
C. Sociedade simples	247
c.1. Conceituação e objeto social	247
c.2. Constituição e natureza contratual	251
c.3. Registro da sociedade simples	257
c.4. Efeitos jurídicos	261
c.5. Dissolução e liquidação	285
c.6. Sociedade cooperativa: novo regime jurídico	297
c.6.1. Natureza jurídica, conceito, objeto social, tipos e disciplina normativa	297
c.6.2. Caracteres	308
c.6.3. Responsabilidade dos sócios	312
D. Sociedade empresária	313
d.1. Definição, caracteres, modalidades e princípios	313
d.2. Registro da sociedade empresária	316
d.2.1. Obrigatoriedade e importância do registro	316
d.2.2. Efeitos negativos da falta de registro	318
d.2.3. Órgãos registrários	319
d.2.4. Atos e regimes de execução do Registro Público de Empresas Mercantis	322
d.2.5. Requerimento do registro de empresa	329
d.2.6. Verificação da regularidade das publicações	330

	d.2.7. Deveres da autoridade registrária	332
	d.2.8. Oposição a terceiros	335
	d.2.9. Registros públicos especiais	335
6.	Tipos societários	345
	A. Generalidades	345
	B. Sociedade em nome coletivo	345
	b.1. Disciplina jurídica	345
	b.2. Conceito e caracteres fundamentais	345
	b.3. Constituição e firma social	348
	b.4. Administração	348
	b.5. Possibilidade de liquidação da quota de sócio devedor para solver crédito particular	349
	b.6. Dissolução "pleno iure"	351
	C. Sociedade em comandita simples	351
	c.1. Normas aplicáveis	351
	c.2. Definição e características	352
	c.3. Administração ou gerência	354
	c.4. Atos vedados ao sócio comanditário	354
	c.5. Direitos do sócio comanditário	356
	c.6. Averbação de contrato modificativo	357
	c.7. Conseqüências da morte do sócio comanditário e da do co- manditado	357
	c.8. Dissolução e caso de nomeação de administrador provisório	358
	D. Sociedade limitada: nova sistemática jurídica	359
	d.1. Conceito, caracteres e natureza jurídica	359
	d.2. Regência supletiva das normas da sociedade simples e da Lei de Sociedade Anônima	372
	d.3. Constituição da sociedade limitada, o teor do contrato social e contrato modificativo	379
	d.4. Regime de quotas	386
	d.4.1. Classes de quotas sociais	386
	d.4.2. Indivisibilidade de quota e condomínio de quota	394
	d.4.3. Cessibilidade da quota social e as questões da aquisi- ção pela sociedade limitada de quotas "liberadas" de seu capital e da alienação de controle por transferên- cia de quotas do sócio controlador	397
	d.4.4. Penhorabilidade de quotas	403
	d.4.5. Usufruto e o direito do nu-proprietário das quotas de sociedade limitada	405
	d.4.6. Penhor ou caução da quota	406
	d.4.7. Não integralização de quota de sócio remisso e suas conseqüências	406

d.5.	Reposição de lucros e de quantias retiradas e proibição de distribuição de lucros fictícios	409
d.6.	Administração da sociedade limitada	410
d.6.1.	Nomeação do administrador e sua averbação	410
d.6.2.	Cessação da administração	415
d.6.3.	Possibilidade de dúplice estrutura de administração social	418
d.6.4.	Efeitos jurídicos da investidura do administrador	418
d.7.	Conselho Fiscal	425
d.7.1.	Conselho Fiscal como órgão fiscalizador e sua composição	425
d.7.2.	Impedimentos legais para ser membro do Conselho Fiscal	426
d.7.3.	Investidura de membro do Conselho Fiscal	426
d.7.4.	Remuneração dos membros do Conselho Fiscal	427
d.7.5.	Atribuições do Conselho Fiscal	428
d.8.	Órgão deliberativo	430
d.8.1.	Órgão deliberativo e conclave de sócios	430
d.8.2.	Atos dependentes de deliberações dos sócios	432
d.8.3.	Procedimento para a tomada das deliberações dos sócios	434
d.8.4.	Convocação do conclave por sócios e pelo Conselho Fiscal	436
d.8.5.	"Quorum" para instalação da assembleia de sócios	438
d.8.6.	Questão da representação de sócio e a do voto em matéria de interesse próprio	439
d.8.7.	Direção dos trabalhos assembleares	440
d.8.8.	Ata das deliberações	441
d.8.9.	"Quorum" para deliberações de sócios	442
d.8.10.	Direito de retirada de sócio dissidente	444
d.8.11.	Assembleia anual dos sócios	448
d.9.	Capital social: sua alteração	449
d.9.1.	Aumento do capital social	449
d.9.2.	Redução do capital social	451
d.10.	Dissolução parcial da sociedade limitada por exclusão de sócio minoritário por vontade da maioria do capital social	453
d.11.	Dissolução "pleno iure" da sociedade limitada	457
E.	Sociedade em comandita por ações	458
e.1.	Disciplina jurídica, conceituação e caracteres	458
e.2.	Nome empresarial	461
e.3.	Administração e destituição de diretor	461
e.4.	Atos vedados à assembleia geral sem anuência dos comanditados	463

F. Sociedade anônima	464
f.1. Conceito, caracteres principais e disciplina jurídica	464
f.2. Objeto social	467
f.3. Nome empresarial	468
f.4. Constituição e institucionalismo da sociedade anônima	470
f.4.1. Contrato social como norma estatutária, fases da constituição e natureza institucional da sociedade por ações	470
f.4.2. Observância de requisitos preliminares	472
f.4.3. Constituição sucessiva	474
f.4.4. Constituição simultânea	481
f.4.5. Providências complementares: arquivamento, publicidade do ato constitutivo e transferência de titularidade de bens	483
f.5. Capital social e possibilidade de sua modificação	485
f.6. Títulos de emissão da sociedade anônima	491
f.7. Modalidades de sociedade por ações	506
f.8. Panorama geral dos direitos e deveres do acionista	511
f.9. Acordo de acionistas	517
f.10. Órgãos sociais diretivos e o movimento "governança corporativa"	522
f.11. Responsabilidade civil na sociedade anônima: uma breve análise	533
f.12. Demonstrações contábeis e resultados financeiros	540
f.13. Dissolução, liquidação e extinção da companhia	547
7. Sociedades dependentes de autorização	576
A. Necessidade de prévia autorização governamental	576
B. Caducidade da autorização governamental	578
C. Cassação da autorização governamental	578
D. Autorização para funcionamento da sociedade nacional	579
d.1. Sociedade nacional: conceito, hipótese de exigência de sócios brasileiros e de mudança de sua nacionalidade ou desnacionalização	579
d.2. Requerimento de autorização para funcionamento de sociedade nacional	581
d.3. Direitos conferidos legalmente ao Poder Executivo	582
d.4. Efeitos decorrentes da expedição do decreto de autorização ..	583
d.5. Constituição de sociedade anônima nacional dependente de autorização governamental	584
d.6. Aprovação de contrato modificativo	585
E. Autorização para funcionamento no Brasil de sociedade estrangeira	586
e.1. Delimitação conceitual de "sociedade estrangeira"	586

e.2. Condições para abertura de suas filiais, agências ou estabelecimentos e para seu funcionamento no Brasil.....	589
e.3. Necessidade de inscrição da sociedade estrangeira autorizada.....	595
e.4. Efeitos do contrato modificativo no Brasil.....	596
e.5. Exigência da publicação do balanço patrimonial, do de resultado econômico e dos atos da administração.....	596
e.6. Possibilidade de nacionalização da sociedade estrangeira autorizada a funcionar no Brasil.....	597
8. <i>Desconsideração da personalidade jurídica</i>	601
9. <i>Questão da reorganização estrutural-societária</i>	621
A. Noções gerais.....	621
B. Transformação.....	623
C. Incorporação.....	626
D. Fusão.....	629
E. Cisão.....	631
F. Procedimento para efetivação da incorporação, fusão e cisão.....	636
G. Anulação da incorporação, fusão ou cisão e suspensão do processo anulatório.....	638
H. Falência da sociedade incorporadora, da sociedade nova ou da cindida.....	639
10. <i>Participações societárias</i>	642
A. Generalidades.....	642
B. Sociedades coligadas.....	647
b.1. Breve noção e classificação conforme a extensão de suas relações de capital.....	647
b.2. Sociedade controlada.....	648
b.3. Sociedade filiada.....	651
b.4. Sociedade de simples participação.....	652
C. Participação societária recíproca: suas implicações jurídicas.....	653
11. <i>Sucessão empresarial: linhas gerais</i>	657
A. Noção de sucessão.....	657
B. Casos de sucessão do sócio.....	658
C. Planejamento sucessório: uma necessidade atual no mundo empresarial.....	660
12. <i>Dissolução, liquidação e extinção das sociedades em geral</i>	670
A. Interpretação do art. 2.034 do novo Código Civil.....	670
B. Dissolução da sociedade.....	672
C. Liquidação da sociedade.....	675
c.1. Conceito e modalidades.....	675
c.2. Liquidação extrajudicial.....	677
c.2.1. Generalidades.....	677
c.2.2. Liquidante.....	677

c.2.3.	Pagamento das dívidas sociais	680
c.2.4.	Possibilidade de rateios por antecipação de partilha ..	681
c.2.5.	Aprovação da prestação final de contas do liquidante e encerramento da liquidação	681
c.2.6.	Cobrança de crédito após encerrada a liquidação	682
c.3.	Liquidação judicial	683
D.	Extinção da sociedade	684
19.	<i>Crise empresarial: uma visão panorâmica</i>	689
A.	Estado de crise empresarial e a insolvência do empresário devedor na nova Lei de Recuperação e Falência	689
B.	Administrador judicial, comitê de credores e assembleia geral de credores	693
C.	Recuperação empresarial	697
c.1.	Conceituação, características e espécies	697
c.2.	Recuperação extrajudicial	700
c.2.1.	Definição e requisitos	700
c.2.2.	Procedimento	701
c.3.	Recuperação judicial	704
c.3.1.	Conceito, finalidade, pressupostos e natureza jurídica ..	704
c.3.2.	Meios de recuperação judicial	707
c.3.3.	Efeitos da recuperação judicial	708
c.3.4.	Fases procedimentais	715
c.3.5.	Convolução da recuperação judicial em falência	722
D.	Falência	723
d.1.	Definição de falência e requisitos legais para sua decretação ..	723
d.2.	Pedido de falência	727
d.3.	Procedimento cognitivo e o liquidatório	730
d.4.	Extinção das obrigações do falido	741
d.5.	Efeitos jurídicos da sentença falimentar	741
d.6.	Ação revocatória: sua dupla modalidade	748
E.	Impacto da Lei n. 11.101/2005 no âmbito criminal	751

Capítulo IV

Estabelecimento Empresarial: Elemento Essencial da "Empresa"

1.	<i>Importância, conceito e natureza jurídica do estabelecimento</i>	769
2.	<i>Elementos do estabelecimento empresarial</i>	779
A.	Panorama geral	779
B.	Elementos corpóreos ou materiais	780
C.	Elementos incorpóreos ou imateriais	782

c.1. Elementos de identificação: nome empresarial e seus acessórios (título de estabelecimento, insígnia, expressão ou sinal de propáganda).....	782
c.2. Elementos constitutivos da propriedade industrial.....	787
c.2.1. Proteção dos direitos relativos à propriedade industrial.....	787
c.2.2. Invenção.....	789
c.2.3. Modelo de utilidade.....	791
c.2.4. Desenho industrial.....	791
c.2.5. Marca.....	794
c.2.6. Patente.....	808
c.3. Direito autoral como elemento do estabelecimento.....	816
c.3.1. Direito industrial e direito autoral: breve paralelo.....	816
c.3.2. Direito autoral nas obras de arte aplicada à indústria.....	817
c.3.3. Direitos autorais decorrentes de obras de engenharia, arquitetura e agronomia.....	821
c.3.4. Proteção aos programas de computador.....	822
c.3.5. Criação publicitária como direito autoral.....	827
c.3.6. Fixação da obra por meio de reprodução.....	830
c.4. Cultivares como elementos de propriedade intelectual.....	835
c.5. Ponto ou propriedade empresarial como elemento do estabelecimento.....	841
c.6. Elementos decorrentes de contrato.....	848
8. Atributos do estabelecimento.....	856
A. Noções gerais.....	856
B. Aviamento.....	857
C. Clientela.....	859
4. Estabelecimento como objeto de direitos e de negócios jurídicos.....	862
A. Negocialidade do estabelecimento.....	862
B. Trespasse e suas consequências jurídicas.....	863
C. Proibição de concorrência e de restabelecimento.....	869
5. Estabelecimento principal e os secundários.....	874

Capítulo V

Nome Empresarial

1. Conceito, funções, modalidades e natureza jurídica.....	879
2. Breve distinção entre nome empresarial, marca e título de estabelecimento.....	886
3. Princípio da veracidade e o da novidade: conceitualização e influência na obrigatoriedade de alteração do nome empresarial.....	889
4. Firma.....	896
A. Generalidades.....	896
B. Firma individual.....	896

C. Firma social	897
c.1. Conceituação.....	897
c.2. Formação da firma da sociedade com sócios de responsabilidade ilimitada	898
c.3. Firma social da sociedade limitada.....	899
5. Denominação.....	902
A. Noção.....	902
B. Sociedade limitada com denominação.....	902
C. Denominação social da sociedade cooperativa	903
D. Denominação da sociedade anônima.....	904
6. Nome empresarial da sociedade em comandita por ações.....	907
7. Casos de impossibilidade de registro de nome empresarial.....	908
8. Garantia da exclusividade de uso do nome empresarial	912
9. Inalienabilidade do nome empresarial.....	918
10. Cancelamento do nome empresarial.....	921

Capítulo VI

Prepostos

1. Contrato de preposição e seus efeitos em relação ao preposto e ao preponente	925
2. Gerente	932
A. Delimitação conceitual do termo "gerente".....	932
B. Poderes do gerente.....	933
C. Pluralidade de gerentes e solidariedade de poderes.....	936
D. Responsabilidade do preponente e do gerente.....	936
3. Contabilista.....	938
A. Função do contabilista.....	938
B. Efeito de escrituração feita por preposto.....	943
C. Responsabilidade subjetiva do contabilista	944
4. Outros auxiliares empresariais.....	947

Capítulo VII

Escrituração

1. Deveres comuns a todos os empresários individuais e coletivos.....	961
2. Escrituração	965
A. Conceituação, necessidade, funções e princípios da escrituração ...	965
B. Contabilidade e escrituração	969
C. Técnica de elaboração da escrituração	971
D. Livros empresariais.....	973
d.1. Conceito e modalidades	973
d.2. Diário.....	977

d.3. Livro Balancetes Diários e Balanços	978
d.4. Valor probatório dos livros empresariais.....	979
d.5. Exibição judicial de livros e papéis de escrituração e recusa de apresentação dos livros em juízo	982
d.6. Ausência, adulteração, extravio e perda de livros escriturados	986
E. Fichas contábeis	987
F. Conservação de escrituração.....	989
3. <i>Inventário de bens e balanços</i>	995
A. Inventário: noção, critérios avaliativos para coleta de seus elemen- tos e valores ativos a serem inventariados	995
B. Balanço: noções gerais, seus aspectos e seus princípios.....	998
C. Balanço patrimonial.....	1000
D. Balanço de resultado econômico.....	1002
Bibliografia	1007